

Casamento: conversa a duas vozes e em três andamentos **A relação entre vida conjugal e trabalho.**

Anália Cardoso Torres

Contribuem, no fundamental, para as reflexões que se seguem, os resultados de uma pesquisa sobre o casamento intitulada “*Trajectórias, dinâmicas e formas de conjugalidade. Assimetrias sociais e de género no casamento*”¹, em fase de conclusão.

O título refere as duas vozes do casamento porque foram objecto de análise mulheres e homens casados, do mesmo casal. Identificam-se três andamentos, porque se centrou a atenção em casais com diferentes durações do casamento: até aos 10 anos considerou-se ser o *tempo da instalação*; dos 10 aos 20 anos, classificou-se o *tempo das mudanças e das transições*; com 20 e mais anos de duração do casamento identificou-se o *tempo da conformação ou da realização pessoal*. Também se refere em subtítulo a relação entre vida conjugal e trabalho porque é essa a dimensão analítica específica da problemática da conjugalidade que se desenvolve neste texto.

A metodologia utilizada na pesquisa centrou-se, por um lado, na técnica das entrevistas em profundidade que foram realizadas na Grande Lisboa tendo sido homens e mulheres entrevistados separadamente e procurando-se também que os casais pertencessem a grupos domésticos de diferentes classes sociais. Por outro lado, também se beneficiou da análise cruzada de resultados de vários inquéritos por questionário na Grande Lisboa e ao nível do Continente e da análise de dados estatísticos sobre Portugal e os países da União Europeia.

Nesta comunicação desenvolvem-se fundamentalmente alguns aspectos da pesquisa. Explicitam-se conceitos, cuja formulação se propõe e se desenvolve, que foram centrais para o modelo de análise e para a estratégia de investigação, como o conceito de conjugalidade e formas de conjugalidade. Identifica-se uma tipologia de formas de conjugalidade - *institucional, fusional e associativa* - e propõe-se a diferenciação de tipos de centramento: parental, conjugal e de realização pessoal e/ou profissional, lazer.

Por opção que se prende com economia de espaço, decidiu-se desenvolver apenas mais aprofundadamente os resultados do que se considerou ser um dos núcleos problemáticos da pesquisa: a relação entre vida conjugal e trabalho. A análise de resultados referente à relação entre conjugalidade e mudança social bem como a que diz respeito às dinâmicas, trajectórias, formas de conjugalidade e ao género, os outros dois núcleos problemáticos da investigação, serão abordados noutros contextos.

As interrogações centrais da investigação construíram-se à volta da conjugalidade e da relação entre o casamento e a chamada questão feminina. O quadro teórico e o modelo de análise beneficiaram dos debates travados nos últimos 100 anos sobre essas duas temáticas, dos contributos e abordagens da sociologia, dos estudos sobre as mulheres e, em particular, da sociologia da família.

A discussão de alguns temas centrais desenvolveu-se directamente a partir das propostas de autores de referência como Durkheim, Simmel, Burgess, Parsons, Goode até às propostas feministas dos anos 70. Outras problemáticas centrais - casamento e classe social, género, dominação masculina, divisão sexual e social do trabalho mudança social, sentimento amoroso – abordadas nos últimos 40 anos foram analisadas a partir das propostas de autores contemporâneos que vão sendo referidos ao longo do texto. O enfoque teórico

¹ Já se publicaram dois textos com análises e resultados parciais sobre a mesma pesquisa como se pode ver nas referências bibliográficas: Torres, 1996b e Torres, 1997.

assumido implicou desde logo a procura da superação da dicotomia macro-micro. Mas também na metodologia desenvolvida se exploraram complementaridades, entre o extensivo e o intensivo, o quantitativo e o qualitativo, através da informação disponibilizada pelos inquéritos por questionário realizados² e pelas entrevistas³. Assim, foi possível reconhecer nas histórias pessoais os constrangimentos e os condicionantes decorrentes das condições de existência, que se adivinhavam de forma clara nas respostas aos inquéritos. Mas também se reconheceram nos discursos na primeira pessoa as margens para agir, os espaços de manobra dos actores sociais, as tentativas de contornar os constrangimentos e as condicionantes estruturais.

Cinco dimensões fundamentais do conceito de conjugalidade

Em primeiro lugar, importa definir e explicitar a forma como se definiu o conceito de conjugalidade. Fala-se aqui de conjugalidade enquanto processo e relação social e não, obviamente, na perspectiva jurídica. É exactamente, aliás, para marcar bem essa distinção entre o social e o jurídico que se utiliza o conceito de conjugalidade e não a noção de casamento. Claro que ao longo do texto se vai por vezes permutando, aqui e ali, o uso de um ou do outro termo, para evitar excesso de repetição na escrita. Mas sempre que está em causa a abordagem teórica dos temas houve o cuidado de preferir o conceito de conjugalidade.

Quanto a conteúdos substantivos do que se entende por conjugalidade, optou-se pela formulação de um conceito sistémico, como aliás acontece com a maior parte dos conceitos a que se confere centralidade num modelo de análise. Isto é, trata-se, no essencial, de propor, através do recurso à teoria e aos debates enunciados atrás, um novo conceito de conjugalidade. Claro que, numa versão de racionalismo aplicado a que já fizemos referência e na lógica da pesquisa enquanto processo (Almeida e Pinto, 1986) o diálogo teoria-empíria contribuiu decisivamente para chegar a esta formulação. Mais do que a funcionalidade estrita num contexto específico de pesquisa que habitualmente se associa à utilização do conceito operativo, pretende-se disponibilizar o conceito de conjugalidade nesta versão, para outros contextos de investigação.

Podem ser identificadas, no nosso modelo, cinco dimensões fundamentais do conceito. Em primeiro lugar, a conjugalidade inscreve-se em relações e trajetórias sociais e de género. Isto é, ela ocorre num dado momento do percurso pessoal de um significativo conjunto de indivíduos, percurso esse social, cultural e ideologicamente marcado de forma diferenciada, de acordo com a pertença de classe. Mas também com o género, já que as codificações sobre o que se considera ser o comportamento adequado para os dois sexos os condicionam de forma diferencial. Condicionamentos de resto, particularmente acentuados nos contextos de antecipação e de vivência da conjugalidade.

² Referem-se no fundamental dois inquéritos por questionário. O primeiro foi aplicado por uma equipa do Instituto Nacional de Estatística (INE), a uma amostra estatística representativa do conjunto da população residente nos 7 concelhos da Grande Lisboa: Lisboa, Amadora, Cascais, Sintra, Oeiras, Vila Franca de Xira e Loures. Inquiriram-se 493 grupos domésticos que tinham, até 31 de Março de 1997, pelo menos uma criança menor de 11 anos de idade a seu cargo. Para o outro questionário Foi construída uma amostra representativa da população entre os 20 e os 50 anos, tendo sido inquiridos, no Continente, 1700 homens e mulheres. O inquérito foi aplicado pela empresa Metris em Abril e Maio de 1999. A iniciativa destes inquéritos relaciona-se com a participação da investigadora na rede internacional de pesquisa *“European Network for the Division of Unpaid and Paid Labour between Women and Men”* integrando o núcleo que concebeu e elaborou um inquérito actualmente a ser aplicado em vários países europeus.

³ Realizaram-se, cerca de 80 entrevistas a casais que residem na área metropolitana de Lisboa, de vários meios sociais, idades e durações de casamento. As entrevistas, dada a definição das pistas e hipóteses de investigação foram efectuadas isoladamente a cada membro do casal e dizem respeito a indivíduos que nunca se separaram ou divorciaram.

O entrelaçamento entre os condicionamentos de género e de classe impõe em termos analíticos, e torna indissociável, o cruzamento dessas duas dimensões, entre outras que poderão estar igualmente correlacionadas⁴ (Machado, 1997). É através da identificação da classe e do género que se prevêem os efeitos do lugar que se ocupa na estrutura social e a distribuição diferenciada de recursos em capitais a ele equivalente, nas modalidades de viver a conjugalidade, a organização da vida conjugal, a gestão de recursos implicada na vida familiar, etc.

Por outras palavras, na “unidade de personalidades em interacção (...) com vista à gratificação mútua” de que Burgess⁵ falava, as personalidades não são apenas unidades psíquicas mas também personalidades sociais e “sexuadas” (do inglês *gender* talvez decorresse o estranho termo “*genderizadas*”!).

É esta a interpretação específica que beneficiou das posições e do debate desenvolvido a partir de vários autores de Kellerhals a Singly, a Kaufmann e a Bozon, entre outros, e das propostas avançadas sobre o conceito de género, se assumiu a importância da articulação entre estatuto social e casamento, se sublinhou a importância do “sexo” dos capitais ou do género e se tentou articular as várias perspectivas.

Operacionalizámos esta dimensão do conceito através de uma bateria de indicadores, que se subdividiram em diferentes subconjuntos de perguntas constantes do guião de entrevista. Foi também, desde logo, a estratégia metodológica adoptada ao definir a necessidade de entrevistar, com o mesmo guião e em separado, membros do mesmo casal, que permitiu analisar melhor esses efeitos de género e de classe de forma associada. Procuraram-se as coincidências e descoincidências do discurso e do relato referentes à mesma situação objectiva, estimulava-se o contar da história na primeira pessoa, com questões precisas sobre o antes e o depois do casamento, em múltiplas dimensões da vida conjugal e também paralelas a ela, incitando à reflexão sobre si próprio e sobre o outro no contexto conjugal e fora dele.

A segunda dimensão da conjugalidade é a que se refere à produção de sentido e de identidade. A conjugalidade contribui, no plano existencial, para duas importantes esferas de produção de sentido. Por um lado, através da relação com um outro significativo, que é uma relação validante na acepção de Berger e de Kellner (1964/1975). Mas, para além da relação com o outro, está a promessa de outros investimentos “existenciais” ligados à produção de seres humanos. Essa promessa encerrada na parentalidade acrescenta sentido existencial.

Ora a produção de sentido está igualmente associada, como os autores americanos apontam e mais recentemente tem sido sublinhado por Giddens (1991), à identidade pessoal e social. Através da relação com o outro significativo obtenho recompensa e gratificação pessoal, construo uma maneira de ver o mundo e de me ver a mim enquanto indivíduo. Através dessa relação posso ainda ter um estatuto, dar sinais da minha pertença ao grupo (dos adultos, dos casados, dos homens, das mulheres) cumprindo, assim, aspectos importantes da minha identidade social.

Se usámos aqui a perspectiva de Berger e de Kellner, também dela nos distanciamos, sobretudo em dois aspectos, relevantes. Em primeiro lugar, a ideia de que a conversa quotidiana no contexto da interacção conjugal “cria” realidade – ao construir uma visão do casal sobre o mundo e os outros é a própria realidade que é também construída – apesar de adequada, tende a dar uma imagem do casal como se ele fosse constituído por uma só voz colectiva, uma voz em

⁴ Referem-se, a título de exemplo, outras pertenças como as étnicas, que não excluem mas antes se articulam com a classe e o género para explicar práticas e representações, quer perante a conjugalidade quer perante outras dimensões do real. Para uma discussão sobre esta temática ver (Machado, 1997).

⁵ Relembre-se a definição de Burgess de família: “unidade de personalidades em interacção, existindo primordialmente para o desenvolvimento e gratificação mútua dos seus membros unidos mais por coesão interna do que por pressões externas” (Osmond 1987:113).

uníssonos. Assim se desvaloriza algo que a pesquisa mostrou, ou seja, o facto de algumas vezes essa voz ser resultante da imposição da vontade de um sobre a do outro, outras vezes acontecer a existência de monólogos e não de verdadeiras conversas, e outras ainda, de acontecerem no casal constantes e subtis negociações. Quando se procura associar à ideia de identidade e de sentido o conceito de género, como se propõe, torna-se já possível prever a existência de dissonâncias e de assimetrias de poder.

Quanto à questão da identidade é ainda possível salientar o facto, como Kellerhals sugere, de existirem tensões identitárias precisamente entre o “eu” e o “nós-casal” ou “nós-família”, acentuadas, é preciso admiti-lo, por dificuldades e mesmo conflitos introduzidos pela associação entre identidade e género. De novo se reconhece a necessidade de articular as diferentes dimensões – classe, género, identidade pessoal e social - para explicar práticas e representações.

A estratégia metodológica adoptada para operacionalizar a identidade reteve dois aspectos centrais. Por um lado, tratava-se de construir um conjunto de perguntas sobre os aspectos que pudessem remeter para a percepção individual acerca da vida conjugal, dos significados atribuídos a esse trajecto conjugal – mudanças percebidas, mudanças desejadas - e dos sentimentos a ele associados. Mas também, por outro lado, com o intuito de captar outros aspectos de produção identitária, procurava-se descentrar os entrevistados da vida conjugal, levando-os a falar de aspectos como a profissão, os tempos de lazer, as actividades desenvolvidas em que o cônjuge não participa, os assuntos que se falam e não falam com os próximos.

A terceira dimensão da conjugalidade que importa ter em conta diz respeito à afectividade, em sentido amplo, nela ocupando lugar de destaque a vertente amorosa da relação e a concretização da sexualidade. A esta dimensão só recentemente se tem prestado mais atenção no domínio da sociologia da família. Com efeito, a preocupação em demarcar o estudo sociológico do casamento de perspectivas psicológicas e de uma lógica centrada nos indivíduos, levou a que durante muitos anos, no domínio da sociologia da família, os sentimentos e as emoções não fossem considerados uma mola impulsora da acção suficientemente poderosa, nem contassem analiticamente como motivo suficiente para justificar as uniões conjugais.

Na verdade, uns insistiam na dimensão macro e em funções, papéis e sistema; outros apostavam numa perspectiva de estratégias matrimoniais e de reprodução social; outros ainda descobriam regularidades sociais onde geralmente se via só escolha errática e cega às determinações sociais. Todos tendiam, em todo o caso a subestimar, como os últimos 40 anos mostraram, a autonomia relativa do sentimento amoroso. Isto é, não se deu importância ao facto de o bem-estar afectivo e relacional assumir crescentemente, nunca de forma isolada mas sempre associado a outras dimensões sociais e de género, papel de relevo na razão de escolha, fundação, manutenção ou ruptura das relações conjugais.

Assim, o facto de se dizer que há outros aspectos que, para além dos aspectos sentimentais e emocionais, pesam na relação conjugal não pode traduzir-se em relegar para a inexistência aquela dimensão e desprezar as suas consequências no plano das próprias práticas e representações dos actores sociais. Embora também aqui faça sentido distinguir entre quem pode de facto fazer coincidir sentimentos com acções e quem apenas consegue fazer da necessidade virtude, a verdade é que para um conjunto cada vez mais significativo de pessoas vai sendo possível ter, no domínio amoroso, “segundas oportunidades” (Giddens, 1991:10).

No campo da sociologia da família, Kellerhals (1982) foi dos primeiros a propor que a escolha sentimental e amorosa se fazia precisamente através da partilha dos códigos sociais. Salientava que da mesma forma que numa relação iniciada numa lógica de interesse poderia surgir a afectividade, também seria possível que uma relação onde prevalece a lógica romântica seja alimentada,

igualmente, pela proximidade social e de interesses entre os cônjuges. Singly (1987b) ao criticar os limites da teoria da homogamia, sublinha igualmente a existência dos motivos amorosos e sentimentais na escolha do cônjuge. Giddens (1991), por seu turno, admite que nas sociedades de modernidade tardia as determinações sociais cada vez perdem mais peso na conjugalidade, tendendo a afirmar-se a relação auto-referenciada (*pure relationship*) e o amor-confluyente (Giddens, 1992). Importa salientar que temos vindo a propor uma análise sociológica das relações afectivas (Torres, 1987) já operacionalizada no contexto da pesquisa sobre o divórcio, mas que nesta pesquisa assume ainda maior relevo.

Como dimensão do conceito de conjugalidade, a vertente afectiva inclui e transcende o sentimento amoroso e a sexualidade. Com efeito, as componentes afectivas inscritas na maternidade e na paternidade, além da produção de sentido existencial e dos efeitos identitários já referidos, assumem cada vez maior relevo. É o bem-estar afectivo das crianças que tende a estar no centro da vida familiar perdendo simultaneamente relevo a dimensão estatutária da parentalidade.

Torna-se ainda importante identificar especificamente esta dimensão envolvida na conjugalidade e distingui-la da dimensão amorosa, porque se verifica que, precisamente, maternidade, paternidade, relação conjugal e amorosa, envolvem sentimentos em jogo na conjugalidade que entram em “concorrência”, por vezes, no decurso do casamento.

Um conjunto de perguntas incluídas no guião de entrevista referiram-se assim a aspectos relacionados com os sentimentos em relação ao cônjuge, as mudanças que o nascimento dos filhos tinham representado na vida do casal e outras vertentes emocionais e afectivas da vida conjugal. Também se procurou que os entrevistados se definissem em relação ao que consideravam ser as fronteiras da relação conjugal, no plano do sentimento amoroso e da sexualidade, através de interrogações, por exemplo, sobre o que se pensa sobre atracção por outras pessoas e relações extraconjugais.

A quarta dimensão inscrita na conjugalidade é a que identifica o casamento como fonte produtora de realidade, já não tanto aqui no sentido simbólico mas mais especificamente no sentido das condições materiais. Expliquemo-nos. Com a entrada na conjugalidade, não só se cria uma situação nova em termos das condições materiais de existência – através, por exemplo, da partilha de recursos e despesas – como sucede frequentemente que se geram filhos e, com eles, novas relações afectivas. Ora este aspecto de criação em sentido literal e metafórico, aponta para uma característica intrínseca e incontornável da conjugalidade: a sua dinâmica própria. É que a realidade nova que é criada – vida em conjunto, relações familiares, filhos – não só interpela os actores no sentido identitário como cria um sistema de possibilidades e limites de acção (Ferreira de Almeida, *et. al.*, 1995:28) que são específicos.

A sucessão de fases na vida conjugal não corresponde apenas a condições psicológicas, identitárias e de crescimento pessoal, mas traduz-se em novas condições. São os filhos pequenos dependentes ou já são autónomos e necessitam de outro tipo de cuidados? Estamos numa fase de início da carreira profissional, no meio ou no fim desta? A fase de adaptação à relação e ao outro já passou?

Há, assim, “tempos” diferentes na conjugalidade por corresponderem a distintas situações objectivas. O número e a idade dos filhos, a duração da relação conjugal, a forma como se está inserido na actividade profissional (situação precária ou permanente?) são exemplos de factores que contribuem para criar realidades objectivas diferentes, que geram e impõem, por sua vez, formas de agir, escolhas, decisões. Claro que o facto de os “tempos” corresponderem a dinâmicas próprias e a sistemas de possibilidades e limites, deve ainda ser articulado ao factor género. O peso dos “tempos” disponíveis de cada membro do casal é também social e “sexuadamente” diferenciado. O

casamento constitui-se também num processo produtor de dinâmicas e constrangimentos específicos.

Esta dimensão da conjugalidade foi operacionalizada na pesquisa através da identificação de diferentes grupos de duração de casamento, esperando-se através deles observar distintas situações objectivas. Foram identificados três grupos: o tempo da instalação – até aos 10 anos de duração do casamento; o tempo das transições – entre os 11 e os 20 anos; e o tempo da conformação ou da realização pessoal, a partir dos 20 anos de casamento.

A quinta e última dimensão da conjugalidade remete para ao facto de ela ser social e historicamente situada. Isto é, e usando a metáfora de Berger e Kellner, trata-se de uma longa conversa “interpelada” do exterior. As ideias, as orientações normativas e os valores sobre os domínios da conjugalidade, da família e da sexualidade vão mudando, como é particularmente visível nos últimos quarenta anos. Essa evidência aparece, em todo o caso, analiticamente subestimada nas abordagens teóricas sistémicas, ou que sublinham com demasiado ênfase a ideia de reprodução social; o mesmo se diga das que insistem na perspectiva interaccionista. Numas e noutras a conjugalidade e a vida familiar são encaradas como “contexto”, surgindo as suas lógicas próprias relativamente fechadas e imunes às contaminações e influências exteriores.

Ora a realidade da vida conjugal não se configura com tal isolamento, o que é muito visível nas sociedades contemporâneas e se torna provavelmente mais evidente ainda no caso português. Para dar um exemplo, no decurso da mesma história conjugal e no espaço de 25 anos, mudaram significativamente as definições valorativas do que é considerado comportamento adequado, perante o casamento ou no feminino e no masculino. A maioria dos entrevistados com mais de 40 anos casou numa época em que a união era considerada compromisso para a vida inteira e o divórcio uma dolorosa excepção. O horizonte legítimo de realização pessoal para as mulheres era o da maternidade e mesmo que não se “condenasse”, nalguns sectores sociais, a existência de actividade profissional, os homens estavam “por natureza” mais afastados das responsabilidades familiares e domésticas. Os últimos 25 anos mudaram consideravelmente o horizonte. O divórcio passa a existir como realidade mais frequente, sobretudo em certos sectores sociais, surgindo nas entrevistas como realidade bem próxima⁶; e o que antes era considerado norma relativamente à participação da mulher no mercado de trabalho ou ao não envolvimento dos homens nas tarefas domésticas e nas responsabilidades familiares é hoje correntemente questionado.

Poderia admitir-se que fosse apenas nas gerações mais jovens que esse efeito se traduzisse. Mas o que se verificou foi que, mesmo nos casais com mais anos e em todos os sectores sociais, se nota o efeito dessas transformações de valores. O que está bem? O que se praticava no início e ninguém punha em causa, ou o que se considera hoje normal mas não foi prática habitual no passado? Algumas vezes verifica-se uma espécie de rumor interior e sente-se ressentimento em relação ao passado. Noutras, regista-se apenas a perplexidade, o não entender ou não aceitar que as coisas tenham mudado no sentido em que mudaram. Os protagonistas do primeiro tipo de situações são, em geral, as mulheres e das segundas mais habitualmente os homens.

Parece assim indiscutível a necessidade de situar a conjugalidade nas coordenadas espaço/tempo para avaliar, nomeadamente, de que forma as transformações de valores interpelam os actores sociais e que efeitos têm nas suas práticas e representações. Na verdade, as ideias circulam, interferem e podem, em certos contextos sociais mais do que noutros, chegar mesmo a transformar as relações e os processos sociais.

⁶ Com efeito, alguns dos entrevistados do grupo de duração do casamento dos 20 e mais anos, dos sectores intermédios e sobretudo das profissões intelectuais e científicas, afirmaram que, no grupo dos amigos próximos, eram dos poucos que permaneciam casados.

Para operacionalizar esta dimensão incluiu-se um conjunto de perguntas no guião de entrevista sobre a forma como eram avaliadas as transformações de valores dos últimos anos nos domínios do casamento, da família, dos direitos das mulheres, etc. Mas foi sobretudo no decurso da descrição da própria vida conjugal, surgindo muitas vezes de forma anárquica à medida que a conversa se ia desenrolando e ao ritmo da memória emocional, que surgiram os rumores e as perplexidades referidas.

Formas de conjugalidade, tipos de centramento e dinâmicas conjugais

Propôs-se, em contexto de pesquisa anterior o conceito operatório de formas de conjugalidade. Procurava-se então uma alternativa ao conceito de modelo, afectado de uma certa ambiguidade (Torres, 1996:57-59). Procurou-se agora aprofundar a definição de “formas de conjugalidade” indo um pouco mais longe, nomeadamente através da própria redefinição do conceito de conjugalidade nas suas diferentes dimensões.

Ao especificar as dimensões do conceito de conjugalidade, desde logo se assumiu que esta envolve a gestão de recursos e implica práticas, representações e valores diferenciados. Ora, tal como em certas perspectivas teóricas se assume claramente o papel mediador da instância familiar enquanto produtor de normas e modalidades de acção específicas, também aqui se julgou fundamental identificar diferentes formas de conjugalidade. E o que são então essas formas de conjugalidade? Os objectivos que presidiram à sua formulação são essencialmente de natureza teórica. Por um lado, tratava-se de associar, como já foi referido, pertença social a práticas de interacção conjugais e familiares, de modo a que tal associação não resultasse mecânica, mas antes flexível, para dar conta dos níveis de autonomia relativa da vida conjugal.

As formas de conjugalidade são, em parte, constituídas por conjuntos de recursos dos actores - capital económico, capital escolar, capital social - disponibilizados nas relações conjugais e familiares em modalidades específicas. O volume desses recursos, a sua estrutura específica – lembrando Bourdieu⁷ o facto de se tratar de capital escolar ou financeiro, por exemplo - e a forma como cada um dos membros do casal se posiciona perante eles – estar ou não inserido no mundo do trabalho profissional, por exemplo – condiciona a forma de viver a conjugalidade e as práticas, as representações e os valores a ela associada.

Outra componente importante destas formas é o conjunto de normas que orientam as práticas e representações dos actores nas interacções conjugais e familiares. Embora se possa considerar que os sistemas de disposições geram normas que se desdobram nas diversas dimensões das relações sociais, há um conjunto de regras e interditos específicos à vida conjugal. Estes sistemas de interditos, associados ao género, por exemplo, criam espaços de possibilidades e de limites diferentes para os dois sexos no contexto da conjugalidade. O que não significa que estes sistemas normativos sejam rígidos e imutáveis.

Exactamente o que se passou nos últimos quarenta anos revela quer mudança de normas no que diz respeito à própria conjugalidade – de que são exemplos a aceitação da possibilidade da ruptura conjugal e a insistência na valoração do afectivo e do amoroso como “regra” da conjugalidade – quer na mudança de normas sobre o comportamento adequado de homens e de mulheres. Continua a haver, claro, regras e normas e a transição, a transformação de um modelo normativo para outro, não é nem linear, nem inteiramente clara. É preciso insistir na relevância de tais sistemas normativos como condicionantes, mais ou menos “pesados” para os diferentes sectores sociais, das práticas e representações dos actores. As formas de conjugalidade

⁷ Lembrando a definição do conceito de classe de Bourdieu e as dimensões fundamentais que ele identifica: volume do capital, estrutura do capital e trajectória (Bourdieu, 1979:128-185).

integram, assim, estes sistemas de normas específicas, de formas particulares de regulação das interações conjugais e familiares.

Finalmente, consideraram-se ainda parte integrante das formas de conjugalidade as representações dos actores sobre a vida conjugal. Trata-se de um conjunto de formas de encarar a conjugalidade – direitos, deveres, qualidades e defeitos dos cônjuges, modo de encarar os conflitos e a sua gestão, comunicação no casal, regras do que pode e deve ser dito e do que pode e deve ser íntimo, forma de encarar e definir as fronteiras da relação e as margens de manobra, de liberdade e de autonomia dos cônjuges, relações com outros familiares e amigos, etc. É um conjunto de representações que diferem de acordo com a pertença social e com o género, contribuindo para configurar as formas de conjugalidade.

Sintetizando, propõem-se assim três conteúdos essenciais das formas identificadas - recursos, modelos normativos, práticas e representações. A análise das entrevistas permitiu identificar três formas: a *institucional*, a *fusional* e a *associativa*. Como no plano teórico procurámos, desde logo, ao definir as dimensões do conceito de conjugalidade, articular esta ao género e, no plano metodológico, partimos do indivíduo no contexto do casal como unidade de análise, foi possível analisar de que forma os dois sexos praticam e interpretam as diferentes formas de conjugalidade. Chegou mesmo a verificar-se em vários casos, como se verá, que os dois membros do casal assumem a defesa e a prática, real ou tendencial, de formas de conjugalidade distintas.

Propôs-se também o que se designou por *tipos de centramento*. A identificação de modalidades diferentes de “investir” na vida conjugal, na família, na profissão, no lazer, surgiu ao procurar responder à velha questão de saber se homens e mulheres atribuem significados diferentes à conjugalidade e ao tentar, igualmente, ultrapassar visões estereotipadas segundo as quais as mulheres só se interessariam pelos filhos e pela família e muito menos pela profissão. Recorde-se que através de algumas das perguntas do guião, se procurava exactamente captar como o “indivíduo” se identificava com essas diferentes dimensões da vida.

A análise deixou claro que as modalidades de investimento na vida conjugal, na família e nos filhos, na profissão, no lazer, são, na verdade, diferenciadas. Mais uma vez se revelou, em todo o caso, a necessidade de ultrapassar visões estereotipadas, nomeadamente quanto à diferença entre homens e mulheres. Com efeito, pudemos encontrar todas as modalidades possíveis de investimento e de combinatórias. Desde os que se centram, basicamente num dos tipos de investimento – projecção pessoal e profissional por exemplo - aos que atribuem mais importância à relação conjugal e amorosa e menos à parental ou o inverso, aos que procuram apostar de forma polivalente e relativamente equilibrada em todas as dimensões referidas. Também se verificou, ao longo do ciclo de vida e no decurso das dinâmicas específicas da conjugalidade, a existência de inflexões e mudanças de acento tónico de uma dimensão de investimento para outra – da conjugal para a parental, desta para a primeira, das duas para a profissional ou outras combinatórias ou exclusividades diversas.

Mas vejamos para já, em termos mais globais, como se definiram as diferentes formas de conjugalidade.

Caracterizou-se a forma de conjugalidade *institucional* como aquela que está associada, no essencial, a uma visão do casamento como instituição que importa preservar acima de tudo. O casamento e a família, nesta óptica, são encarados como destino natural, que implica o cumprimento de papéis, responsabilidades e deveres a cumprir que se impõem ao indivíduo. Verifica-se, nesta forma de conjugalidade, a tendência para maior centramento na relação parental do que na relação conjugal. Aliás, é, em geral, o desejo de ter filhos, fundar uma família e passar ao estatuto e ao “estado” de adulto, que surge como pretexto e motivo fundamental para o casamento.

Se no caso dos homens o casamento, nesta forma de conjugalidade, está associado à ideia de perda da liberdade, no das mulheres surge mais como aquisição valorizada de estatuto. Há diferenciação dos papéis sexuais - instrumental e expressivo - e fortes assimetrias entre os sexos, mesmo quando as mulheres também desempenhem o papel instrumental e trabalham fora de casa.

Os indivíduos que foram classificados nesta forma de conjugalidade ocupam posições específicas no espaço social, na dinâmica das gerações e são também diferenciados quanto ao sexo. Enquanto discurso sistemático e elaborado ou “ideologia” o *casamento-instituição* aparece frequentemente protagonizado pelos homens dos sectores operários com idade superior a 40 anos. Mas também surge, mais enquanto resultante prática do que como discurso elaborado, no outro extremo da escala social e nos dois sexos, isto é, nos sectores sociais oriundos da burguesia proprietária, eles próprios dos mesmos sectores ou da burguesia profissional. No plano das normas e representações conclui-se que os factores ideológicos e os religiosos podem igualmente contribuir para configurar esta perspectiva mais institucionalizada do casamento.

A forma de conjugalidade *fusional* parece assumir uma modalidade mais romântica, pelo menos no que diz respeito à forma como o projecto conjugal e familiar é relatado. Tendencialmente, neste contexto, os futuros cônjuges casam porque gostam um do outro, querem estar juntos e também tornar-se adultos protagonizando o seu próprio destino. É na perspectiva dessa partilha romântica e desse amor que surge a ideia de ter filhos a dois. Projecto este assim “fusionalmente” parental e conjugal, que passa a ser a aposta central que dá sentido à vida dos indivíduos.

Retomando a definição proposta por Kellerhals (1982), podemos dizer que esta modalidade de encarar o casamento se traduz no relevo dado aos valores que insistem na exclusividade e na perenidade do laço conjugal, na escolha de modos de relação onde o nós-casal se sobrepõe ao “eu” e no recurso a símbolos sociais manifestando claramente a existência do grupo, como tal, em relação ao exterior. O acento tónico posto na vida familiar é ainda mais pronunciado quando as possibilidades de se realizar profissionalmente “fora” são relativamente estreitas (Kellerhals, 1982:94).

Na forma de conjugalidade *fusional* a diferenciação de papéis entre os sexos é mais atenuada do que na *institucional*; mas continua a existir assimetria, sendo claramente as mulheres que se responsabilizam pelas tarefas domésticas e pelos cuidados familiares.

Encontramos “defensores” e “praticantes” desta forma de conjugalidade nos sectores operários mais jovens (homens e mulheres) e nos sectores intermédios (pequena burguesia técnica e de enquadramento intermédia e pequena burguesia de execução) de forma transversal às gerações, que aqui foram identificadas quer a partir da duração do casamento quer da idade.

Quanto à forma de conjugalidade *associativa*, considerou-se que ela se caracteriza como uma “associação” de dois indivíduos autónomos em deveres e direitos, com vista à promoção do bem-estar conjugal e familiar sem que este colida ou sacrifique a autonomia individual e os projectos de realização pessoal. Teoricamente, nesta forma de conjugalidade os indivíduos não esgotam o essencial da sua identidade no projecto familiar e conjugal, assumindo a existência de diversos projectos personalizados. Tal como na forma de conjugalidade *fusional*, é a perspectiva romântica que funda a relação e é na sua continuidade, como consequência natural do amor conjugal, que surgem os filhos a completarem esse projecto. Mas ao contrário da lógica *fusional*, os indivíduos têm mais autonomia, precisamente também porque não esgotam a sua definição identitária nesta dimensão da vida. Não é o nós-casal e o nós-família que se impõe aos indivíduos mas é antes o bem-estar continuado destes que garante o bem estar do colectivo. A perenidade da relação depende assim da concretização e da reafirmação desse bem-estar afectivo e emocional. Se no plano da definição e do discurso ideológico este é o modelo que mais claramente prevê a tendência

para uma certa indiferenciação no desempenho de papéis entre homens e mulheres – ambos devem assumir as responsabilidades domésticas e familiares e as profissionais – na prática da vida familiar e conjugal tal indiferenciação na realidade não se verifica.

De maneira mais global, e no que toca a todas as formas de conjugalidade, importa sublinhar, houve exactamente a preocupação de individualizar a perspectiva de homens e de mulheres no quadro da vida conjugal e familiar- o que em geral não surge de forma tão evidente quando se assume a definição destas tipologias familiares – para melhor poder analisar os efeitos de género. E tornou-se evidente que, a não se desenvolver esse esforço, se perderiam de facto essas diferenças, elas diluir-se-iam na preocupação de identificar uma resultante global para caracterizar o casal.

Em contrapartida, a focagem separada em homens e mulheres permitiu identificar vários tipos de situação quanto ao género e as formas de conjugalidade. Ou se verifica que homens e mulheres tendem para a mesma forma de conjugalidade com versões ligeiramente distintas. Ou se verifica que há nitidamente defesa de formas de conjugalidade diferentes. Na prática, porém, acaba por uma forma de “funcionar” se impor à outra e, em geral, é a forma de conjugalidade defendida e praticada pelos homens, a sua maneira de ver e de fazer, que acaba por dominar. Nestas situações pode também constatar-se, em certos sectores sociais mais do que noutros, que as mulheres procuram negociar alguma margem de manobra e autonomia manifestando mais ou menos explicitamente a sua insatisfação. Mas, mesmo assim, vemos aqui claramente o sinal do prolongamento no terreno da conjugalidade e da família das assimetrias de poder entre homens e mulheres que se verificam nas outras esferas da vida social.

Retome-se agora a identificação dos três núcleos problemáticos da pesquisa, embora, como foi dito no início, apenas se desenvolva neste texto o que se refere à relação entre vida conjugal e trabalho. De facto este era um dos núcleos problemáticos da investigação através do qual se procurava elucidar aspectos da divisão social e sexual do trabalho, com o objectivo fundamental de compreender como é que os casados interpretam e se situam perante a vida profissional. Procurou-se na pesquisa, primeiro, identificar um conjunto de tendências centrais da inserção de homens e mulheres na actividade profissional e na divisão do chamado trabalho não pago na União Europeia e em Portugal - a partir da análise de dados estatísticos e dos resultados de inquéritos por questionário - chegando depois à análise qualitativa das respostas dos entrevistados casados a perguntas sobre a actividade profissional. No presente texto apresentam-se os resultados desta análise.

Outro núcleo problemático refere-se à relação entre conjugalidade e mudança social. Numa análise que se fundamenta quer nas entrevistas realizadas quer nos resultados de inquéritos por questionário pretende-se avaliar as tendências de mudança intergeracional de práticas e de valores a propósito de um conjunto vasto de indicadores – questões sobre namoro, iniciação à vida sexual, formas de celebração do casamento, representações genéricas sobre o amor, o casamento, o casamento religioso, etc. Dois artigos já publicados (Torres, 1996b e 1997) constituem uma primeira abordagem desta problemática que, entretanto, foi aprofundada.

O terceiro núcleo problemático, centra-se nas formas de conjugalidade, nas trajetórias e nas dinâmicas conjugais procurando desenvolver, a partir da identificação dos três tempos - *instalação, mudanças e das transições, conformação ou da realização pessoal* - a análise das formas de conjugalidade, dos tipos de centramento e se identificam as posições de homens e mulheres.

Vida conjugal e divisão do trabalho entre homens e mulheres: algumas conclusões

Faz sentido agora procurar responder às interrogações que orientaram a pesquisa para elucidar a relação entre vida conjugal e divisão do trabalho. Claro que além das respostas às questões formuladas no início outras conclusões, porventura inesperadas, resultaram do próprio processo de investigação nas suas diversas vertentes. Ou eram os dados estatísticos, as comparações com outros países, ou os resultados dos inquéritos por questionário que nos interpelavam, exigindo análise mais aprofundada, ou eram as diferentes declarações dos entrevistados que ficavam a soar na cabeça como peças de um puzzle que era preciso juntar.

Fez-se no início, de forma muito breve e sucinta, a análise das transformações na situação das mulheres casadas perante a actividade profissional do princípio do século até aos nossos dias. Mostrou-se como no decurso do século XX a maioria das mulheres casadas desenvolveram um conjunto de actividades com relevância económica ou mesmo directamente para o mercado - trabalho no campo, trabalho nas fábricas, trabalho ao lado dos homens em actividades comerciais, trabalho nos serviços pessoais domésticos - embora esse tipo de contributo tenha permanecido durante muito tempo invisível.

Na verdade, o que diversos estudos revelaram, a partir do anos sessenta, foi que, por razões ideológicas e porque o modelo ideal era até então o da mulher dedicada à casa e aos filhos, a extensão e o volume da participação na actividade económica directa ou indirecta em que estavam envolvidas muitas mulheres tendiam a ser obscurecidos. No caso português, foi nítida essa invisibilidade do trabalho exterior feminino no que dizia respeito à agricultura, aos serviços domésticos e mesmo ao trabalho fabril, que não tinham expressão, por vezes de forma nítida, nas estatísticas. Mantinha-se obviamente um sector de mulheres que punham em prática o modelo ideal, um conjunto muito restrito de mulheres burguesas e, mais tarde, das chamadas classes médias que se mantinham inactivas usufruindo, aliás até muito tarde no caso português, de mão-de-obra de serviço doméstico barata e abundante.

Dos anos sessenta para cá assistimos, em Portugal como na maioria dos países ocidentais, simultaneamente à erosão do modelo ideal de domesticidade das mulheres e à generalização da actividade feminina directamente para o mercado em quase todas as áreas e sectores sociais. Mas esse processo só foi mais explícito no nosso país a partir de Abril de 1974.

Chegou-se hoje em dia a taxas de actividade de homens e de mulheres que estão muito próximas, verificando-se o decréscimo das primeiras e o crescimento das últimas. Trata-se de uma quase paridade que representa em relação ao passado avanço notável, embora não deixe de esconder outras discriminações e diferenciações importantes como a da precariedade da posição das mulheres casadas perante o mercado, os baixos salários e os fracos rendimentos, entre outros aspectos, como tivemos ocasião de verificar.

“Quando a gente ganha para comer já não tem de lhes aturar tudo!”

Mas o aspecto talvez mais marcante deste processo de mudança, que ficou patente na análise das entrevistas, foi o facto de se concluir, claramente, que mais do que necessitar de trabalhar, as mulheres casadas, mesmo as de fracos rendimentos *querem* trabalhar no exterior.

A frase acima referida, dita por uma Margarida Teixeira, operária com 35 anos na altura em que foi entrevistada, mostra que as motivações para o trabalho feminino para são variadas e ultrapassam a ideia da estrita necessidade. Poderíamos focar outros exemplos, como o de Lurdes Oliveira, operária, mãe de 5 filhos que nos diz que no trabalho é que descansa à cabeça e que não se vê a

si própria fechada em casa só com os filhos; ou Ermelinda Barreto de 24 anos, mãe de uma criança de 2 meses e outra de 6 anos que afirma que o trabalho que verdadeiramente a realiza é o trabalho em “linhas” (cadeia de produção) em alternativa ao trabalho de limpeza, o que desempenha no momento da entrevista. Para outras mulheres, de outros sectores sociais e mesmo mais velhas, o trabalho no exterior assume, ou assumiu, claramente a função de realização pessoal. Outro sinal do mesmo tipo pode ser observado a partir da declaração das domésticas dado que as foram entrevistadas não parecem muito satisfeitas com a sua situação.

Conclui-se, assim, que o desempenho de uma actividade para o mercado está decididamente associado a maior autonomia e capacidade de decisão no contexto conjugal, a reconhecimento de competências, a fuga ao que é pressentido como fechamento doméstico. Se seriam de esperar, em relação a mulheres de certas categorias profissionais, interpretações do trabalho exterior que sublinhassem as dimensões libertadoras, individualizantes e autonomizantes dessa actividade, encontrar posições relativamente idênticas, embora com linguagens diferentes, em sectores profissionais onde o trabalho é muito pouco qualificado constitui, de certa forma, uma surpresa.

Assim, encontrámos efeitos nítidos de desgaste da imagem da mulher doméstica que parece ser bastante desvalorizada tendo deixado de representar factor de identificação. Temos, assim, outra das dimensões que representaram alguma novidade na pesquisa: o trabalho profissional tende a ser factor de identidade pessoal e social para as mulheres. A visão de uma mulher casada vítima e totalmente dependente do homem passou a história. Embora haja ainda sinais de dependência feminina efectiva - devido aos factores que indicámos, como o dos baixos salários, e já não tanto porque as mulheres sejam totalmente sustentadas pelos homens - o que tende a ser sublinhado é a imagem de uma mulher companheira do homem, igual em direitos e deveres. Esta afirmação foi muito mais nítida do que se esperaria no início da investigação.

As mudanças relativas à situação das mulheres casadas a que fizemos referência só foram possíveis pela conjunção de diferentes factores. Foram relevantes, e estão associadas a essas mudanças, as transformações no domínio socioeconómico, como a mudança de uma lógica predominantemente agrícola, para a industrial e desta para a era dos serviços com alta tecnologia, na medida em que se criaram, nestes processos, postos de trabalho “adequados” para a mão-de-obra feminina. Viu-se até, com os desenvolvimentos mais recentes, nomeadamente, com a ideia da flexibilização e a contínua tendência para a precarização, que o trabalho feminino parece ser particularmente valorizado pelos empregadores para certo tipo de actividades económicas. Mas não se pode centrar a atenção apenas num dos factores da mudança, sob pena aliás, neste caso, de nos quedarmos por uma versão demasiado cínica e limitada. É necessário ter em consideração outros aspectos.

Factor decisivo foi também o aparecimento dos movimentos feministas nos anos setenta que vieram precisamente começar por evidenciar o mal-estar das mulheres casadas e os problemas e disfuncionalidades decorrentes do seu confinamento ao espaço doméstico, como se viu no primeiro capítulo. O surgimento da pílula contraceptiva constitui, igualmente, exemplo de mudança significativa já que permitiu a separação entre sexualidade e procriação, estando assim também associada à transformação dos valores no campo da sexualidade, das relações afectivas e amorosas.

O crescimento das chamadas classes médias, menos directamente envolvidas em lógicas de alargamento e reprodução do património e não tão dependentes do casamento para a sobrevivência económica, contribui para a generalização de uma imagem de mulher assalariada activa e menos condicionada pelos papéis sexuais tradicionais. No caso português, aliás, factores específicos como a emigração e a guerra colonial contribuíram para que as mulheres casadas assumissem um protagonismo particular ao ocuparem postos

de trabalho, que noutros países estariam a ser, em princípio, ocupados por homens.

Mas embora esses processos de mudança viessem já a ocorrer desde os anos 60, foi fundamentalmente depois do 25 de Abril que eles ganharam maior visibilidade. Viveu-se nos anos seguintes um ambiente de liberdade no plano dos usos e costumes que permitiu legitimar ainda mais essa perspectiva de uma mulher activa e igual em direitos e deveres aos homens. As transformações que se vivem então e até concretizam-se no espaço de 25 anos enquanto na maior dos outros países europeus elas ocorrem no decurso de 40 anos. Acresce, para acentuar a especificidade do caso português, que se parte no nosso país de padrões muito mais tradicionalistas e retrógrados em relação às mulheres do que se partia nos anos 60 na Europa ocidental.

São, em todo, o caso exactamente esses padrões ainda tradicionalistas em relação às mulheres, em especial em certos planos como no da divisão do trabalho doméstico e dos cuidados com os filhos, que se fazem ainda sentir em Portugal. É um facto que também aqui, como vimos, somos acompanhados nessa distribuição assimétrica e desfavorável às mulheres, pela maioria dos países europeus. Mas também é verdade que o contraste em Portugal é particularmente acentuado já que a esmagadora maioria das mulheres portuguesas, e em particular as mães, têm jornadas de trabalho exterior com horários quase tão extensos como aos dos homens. E no nosso país é também fraca a cobertura de equipamentos de apoio à infância. Assim, a não simetria entre homens e mulheres casados na responsabilidade e na execução dessas tarefas parece traduzir-se, no caso português, numa particular sobrecarga feminina. Em termos de mudança intergeracional, aliás, notou-se apenas maior participação masculina no plano dos cuidados com os filhos que só era, em todo o caso, mais visível em certos sectores sociais.

Contribuem certamente de forma importante para explicar a manutenção da assimetria os padrões tradicionalistas da dominação masculina que condicionam o comportamento dos homens – que não se dispõem a participar mais – quer o das mulheres que continuam a assumir um conjunto de tarefas domésticas de que não gostam, com as quais muitas já não se identificam, como se interiorizassem ainda que a concretização dessas tarefas fosse sua obrigação.

Mas vimos também quão difícil é assumir numa relação conjugal uma situação de conflito permanente a propósito de dimensões práticas as quais, perante as afectivas, acabam por ser desvalorizadas pelas próprias mulheres. Aliás, a imagem de uma mulher pacificadora e não fatora de conflito adequa-se mais ao estereótipo feminino dominante. Ora como o trabalho doméstico se impõe, tem de ser feito, a resultante dessa imposição, no quadro valorativo definido, traduz-se na sobrecarga de trabalho das mulheres. Claro que este peso acrescido também se distribui socialmente de forma diferenciada já que, como se viu de forma clara na pesquisa, assim que a situação financeira permite, tende-se a delegar em trabalho pago pelo menos algumas das tarefas domésticas mais pesadas. Mas pela distribuição de rendimentos que pudemos observar nos inquéritos realizados o conjunto dos que podem delegar a maior parte dessas tarefas é limitado.

Podemos voltar às questões colocadas no início deste capítulo. Assim, viu-se que o facto de um número crescente de mulheres contribuírem para o sustento da família através do trabalho pago, como é tão evidente no caso português, não implicou uma divisão do trabalho familiar diferente. Se pelo lado do desempenho do trabalho pago se verificou que as mulheres se mostraram disponíveis para abraçá-lo, do lado da divisão do trabalho familiar os homens não mostraram iniciativa semelhante.

O que pode ter resultado da maior participação feminina na actividade profissional e na obtenção de rendimentos próprios foi mais claramente um acréscimo de auto-estima, maior sensação de protagonismo, maior sentido de reconhecimento de competências. Mesmo assim, tudo se passa como se para

esse melhoria fosse ainda necessário pagar algum preço. Assim, a motivação para o trabalho profissional feminino se nalguns sectores sociais nasce de um desejo de realização pessoal, noutros parece ser uma forma de contrariar e resistir a formas excessivas de dominação masculina. Nos sectores sociais com baixos rendimentos e mais tradicionalistas, ao ganhar para a casa, ganha-se imediatamente em responsabilidade e autoridade, ainda que se possa perder em sobretrabalho.

Em suma, o que de forma completamente nítida se revelou na pesquisa foi que a esfera do trabalho e a da família motivam, apelando certamente para diferentes domínios identitários, de forma paralela as mulheres casadas. Fica posta em causa a imagem de uma mulher única e exclusivamente motivada pela vertente familiar.

Se as mulheres se centram paralelamente na família e no trabalho os homens parecem, no plano identitário, esperar mais da profissão, investindo na família de forma mais mediada, isto é, através da relação com as cônjuges. Assim, no plano das responsabilidades familiares, e independentemente de valorizarem essas relações, os homens tendem a delegá-las quer ao nível da gestão quer ao nível executivo às mulheres. Em todo o caso, fica também relativizada a versão estereotipada do homem ferozmente competitivo que só se projecta na profissão. Há considerável desinteresse pela actividade profissional nalguns casos, noutros são os aspectos mais pragmáticos e instrumentais que são valorizados e noutros ainda nota-se que se foi instalando com os anos algum conformismo. Só nos casos em que se está a meio de uma verdadeira carreira, ou esta se perfila no horizonte, se notou um tipo de comportamentos, de opções e de discurso mais próximo do estereótipo. Como se sabe, e como vimos, estão longe se serem maioritários os casos de profissões que envolvem verdadeiras carreiras profissionais.

Afirmava-se também início do capítulo que interessava na pesquisa, quanto a esta problemática, procurar compreender e explicar os processos internos à própria vida conjugal que fossem susceptíveis de ter efeitos na participação de mulheres e de homens no mercado de trabalho.

Ora se, por um lado, se verificou que a divisão do trabalho familiar é assimétrica também se mostrou os efeitos que esta assimetria pode ter na forma como as mulheres investem em diferentes momentos do ciclo de vida conjugal. Vimos, as jovens mulheres com formação universitária e profissões intelectuais e científicas com filhos pequenos em situação de *stand by*, isto é, trabalhando o mais que podiam mas com limitações ao seu envolvimento dadas as responsabilidades familiares, independentemente da sua vontade.

Verificou-se, por outro lado, que alguns dos constrangimentos à participação dos homens na vida familiar não nascem necessariamente da sua vontade localizando-se também nos efeitos de género que actuam nos próprios contextos profissionais. Acontece, por exemplo, que, para cumprirem com o que lhes é pedido no início da carreira profissional, eles são considerados pela entidade patronal como homens sem família e com possibilidades de dedicação ilimitada à empresa. Ora, no que isto se traduz, é num óbvio impedimento à sua maior participação em casa, situação que fica aliás, desculpabilizada pela "objectividade" dos constrangimentos.

Assim, se no contexto familiar é claramente a divisão desigual de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres que muitas vezes limita claramente o maior investimento feminino na profissão, interferem também mecanismos externos à vida familiar, como os que se geram no contexto profissional, que reforçam essas mesmas limitações. E esta conclusão permite sublinhar a consistência teórica da proposta que considera que os efeitos de género atravessam os diferentes domínios da vida social, do privado ao público, da família ao trabalho, produzindo a discriminação feminina. Outra forma de dizer que existe um divisão sexual e social do trabalho que condiciona os lugares ocupados por homens e por mulheres nos diferentes domínios da vida social.

Concluiu-se, igualmente, ao adoptar uma perspectiva teórica e metodológica que afirma a realidade dinâmica da vida conjugal que os constrangimentos de género não se fazem sentir da mesma forma nem todos os contextos e conjunturas, nem em todos os momentos da vida conjugal. Por outras palavras, vimos que as mulheres ao assumir uma perspectiva de conciliação entre as suas necessidades de investimento pessoal e profissional e as responsabilidades familiares podem, em certas circunstâncias e quando os filhos são menos dependentes, retomar projectos adiados. As entrevistadas que assumiram esta atitude permitem exactamente reforçar a ideia que já ilustrada segundo a qual, são os constrangimentos familiares mais do que o desejo ou a simples vontade que impedem que as mulheres com família levem mais longe a sua formação ou invistam ainda mais na sua progressão profissional.

No plano teórico o que a perspectiva atrás indicada permite sublinhar é a importância de captar a vida conjugal na sua dinâmica própria, ultrapassando, assim, os cortes sincrónicos que a construção de tipologias tantas vezes impõe.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, João Ferreira de, e José Madureira Pinto “Da Teoria à pesquisa empírica. Problemas metodológicos gerais” Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 1986

ALMEIDA, J. Ferreira de, et. al., *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995

BECK, Ulrich e Elizabeth Beck-Gernsheim, *The normal chaos of love*, Cambridge, Polity Press, 1995 (1990)

BERGER, P. and KELLNER, H., “Marriage and the construction of reality”, in M. Anderson, (ed.) *Sociology of the family - selected readings*, Harmondworth, Penguin Education, 1975, pp.302-323. Texto original publicado em Diogenes, 1964, pp. 1-23.

BOURDIEU, Pierre, *La Distinction*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre, *La domination masculine*, Paris, Seuil, 1998

BOZON, Michel, “L’écart d’âge entre conjoints. Une domination consentie” I, *Population* 45(2), 1990

BOZON, Michel, “Sociologie du rituel du mariage”, *Population*, 2, 1992

DUBAR, Claude, *La socialisation. Construction des identités sociales et professionnelles*, Paris, Armand Colin Éditeur, 1991,

EUSROSTAT, *Labour Force Survey*, 1995

GIDDENS, Anthony, *Modernity and Self-Identity. Self and Society in the Late Modern Age*, Cambridge, Polity Press, 1991

GIDDENS, Anthony, *The Transformation of Intimacy. Sexuality, Love & Eroticism in Modern Societies*, Cambridge, Polity Press, 1992

KAUFMANN, Jean Claude, *La Trame conjugale. Analyse du couple par son linge*, Paris Nathan, 1992

KAUFMANN, Jean Claude, *Sociologie du couple*, Paris, Presses Universitaires de France, 1993

KELLERHALS, Jean et al., *Mariages au quotidien - inégalités sociales, tensions culturels et organisation familiale*, Lausanne, Ed. Pierre Marcel Favre, 1982

MACHADO, Fernando L., "Des cultures-îles à la société-archipel. Critique de la conception multiculturaliste de la différenciation sociale et culturelle", in *Revue Suisse de Sociologie*, 23 (2), 1997

OSMOND, Marie Withers, "Radical-critical theories" in Marvin Sussman e Suzanne Steinmetz, (ed.), *Handbook of Marriage and the Family*, New York and London, Plenum Press, 1987

SINGLY, François de, *Fortune et infortune de la Femme mariée, sociologie de la vie conjugale*, Paris, Presses universitaires de France, 1987a.

SINGLY, François de "Théorie critique de l'homogamie", *L'Année Sociologique*, 1987b, 37

SINGLY, François de, *et. al., La famille en questions, état de la recherche*, Paris, Syros, Institut de l'enfance et de la famille, 1996

TILLY, Louise e SCOTT, Joan, *Women, Work and Family*, New York, Holt, Rinehart and Winston, 1978

TORRES, Anália Cardoso, "Amores e Desamores – para uma análise sociológica das relações afectivas", *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 3, 1987.

TORRES, Anália Cardoso, *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos - uma análise sociológica*, Oeiras, Celta Editora, 1996 a)

TORRES, Anália Cardoso, "Casamento em Portugal - "Entre o Sim e o Por que Não? in *Dinâmicas multiculturais, novas faces, novos olhares*, Actas das sessões temáticas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1996 b)

TORRES, Anália Cardoso "Casar? Por que não? Práticas e perspectivas de jovens portuguesas sobre o casamento e a família", in J. Machado Pais e Lynne Chisholm, *Jovens em Mudança*, Actas do Congresso Internacional Growing Up Between Centre and Periphery, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1997